



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/12/2017



ÍNDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. CONVÉNIOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	2 - 3
2.2. VARA DA MULHER.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CONVÉNIOS.....	5
3.2. JUÍZES.....	6 - 7
3.3. POSSE.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. COMARCAS.....	9
4.2. POSSE.....	10
4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÉNIOS.....	12
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. CONVÉNIOS.....	13
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	14
7.2. CONVÉNIOS.....	15
7.3. DESEMBARGADOR.....	16
7.4. POSSE.....	17
7.5. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	18
7.6. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	19
7.7. VARA CRIMINAL.....	20

CORRIDA CONTRA A CORRUPÇÃO

Atletas profissionais e amadores foram divididos nas categorias geral, integrantes da Rede de Controle e cadeirante – as duas primeiras com percursos de 5 e 10km, e a terceira apenas para 5km

Com o objetivo de promover o debate e mobilizar a sociedade na prevenção e combate à corrupção, a Rede de Controle da Gestão Pública promoveu a I Corrida Contra a Corrupção. A competição aconteceu na Avenida Litorânea, em São Luís, e reuniu mais de 400 atletas. O governo do estado participou da ação por meio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC).

Atletas profissionais e amadores foram divididos nas categorias geral, integrantes da Rede de Controle e cadeirante – as duas primeiras com percursos de 5 e 10 km, e a terceira, apenas para 5 km. Além dos troféus aos três primeiros colocados por categoria, todos os participantes receberam medalhas ao final do percurso.

Na categoria integrantes da Rede de Controle, a STC teve destaque com as vitórias do secretário adjunto de Transparência, Steferson Ferreira, em primeiro lugar na modalidade masculino de 5 km, e da corregedora-geral do Estado, Ana Karla Silvestre Fernandes, em terceiro lugar na modalidade feminino de 5 km. O resultado completo dos vencedores por categoria e modalidade estarão disponíveis no site <http://eucorromais.com.br/>

"Todos os anos, com apoio da Secretaria de Transparência, a Rede de Controle promove evento alusivo ao Dia



CENTENAS DE CORREDORES PRESTIGIARAM A CORRIDA CONTRA A CORRUPÇÃO REALIZADA EM SÃO LUÍS

Internacional Contra Corrupção. Em 2017 resolvemos inovar. Em lugar de panfletagem na praça, instituímos a corrida contra a corrupção, convidando a população a se engajar em prol da causa", explicou o secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Lago. "A enorme adesão revela que a mensagem foi bem recebida pela população", finalizou.

"A sociedade se sente parte desta luta", contou o promotor de Justiça, Marco Amorim. "Este é um evento diferenciado, uma maneira plausível de manifestar a indignação com sistemas de corrupção que assolam nosso país. Avaliamos de maneira muito positiva essa atividade", analisou.

►► Rede de Controle

A Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão atua para assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos por meio de trabalho compartilhado que propicia novas alternativas de atuação e gera oportunidades de novas respostas ainda mais ágeis e eficazes. É uma mudança no paradigma de gestão com ênfase na interdependência, cooperação e parceria entre as instituições.

Entre as instituições que integram a Rede de Controle estão: Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Controladoria Geral do Município, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual, Ministério Público de Contas, Caixa Econômica Federal, Polícia Civil, Advocacia-Geral da União, Procuradoria Federal, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria da União, Procuradoria da República, secretarias estaduais de Transparência e Controle, da Fazenda e Segurança Pública; Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Auditoria do Ministério da Saúde e Consultoria Jurídica da União.



P. do LUMIAR: Justiça condena ex-prefeita e 9 réus por improbidade administrativa, a pedido do MPMA

PÁGINA 3

PAÇO DO LUMIAR

Justiça condena ex-prefeita e 9 réus por improbidade , a pedido do MPMA

Em atendimento ao pedido do Ministério Públíco do Maranhão (MPMA), a Justiça condenou por improbidade administrativa, em 28 de novembro, dez dos envolvidos nas irregularidades na execução de dois convênios firmados em 2010 entre a Prefeitura de Paço do Lumiar e a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) para asfaltamento de vias.

Proferida pela juíza Jaqueline Reis Caracas, a decisão é resultado de Ação Civil Pública, ajuizada em 2013, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca, Gabriela Brandão da Costa Tavernard.

As condenações foram baseadas nas irregularidades verificadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) na execução dos convênios de nºs 34/2010 e 35/2010, com valor total de R\$ 3.155.743,90.

CONVÊNIO Nº 34/2010

Com prazo de execução de seis meses e valor de R\$ 1.777.266,69 (dos quais R\$ 88,6 mil referiam-se à contrapartida do Município), o convênio nº 34/2010 previa o asfaltamento de 36 ruas e uma avenida.

Para a execução das obras, foi realizada uma concorrência, resultando em um contrato, firmado com a Construtora Maranhense e Comércio Ltda, no valor de R\$ 1.828.168,97.

O contrato foi assinado pelos ex-secretários municipais de Orçamento e Gestão,



Bia Venâncio deve ressarcir R\$ 3,2 milhões ao Município e teve direitos políticos suspensos por oito anos

José Eduardo Castelo Branco de Oliveira, e Infraestrutura, Pedro Magalhães de Sousa Filho, e pelo empresário José Umarly Torres Gomes.

CONVÊNIO Nº 35/2010

O convênio nº 35/2010 - cujo valor era de R\$ 1.378.477,21 - consistia na pavimentação de 20 ruas e três avenidas no período de quatro meses.

Foi aberta uma licitação que originou a contratação da construtora Macedo e Xavier nº Ltda. O respectivo contrato foi assinado pelos mesmos ex-secretários municipais de Orçamento e Gestão e Infraestrutura. O representante da empresa foi Arlindo de Moura Xavier Júnior.

SUPERFATURAMENTO

Além de superfatura-

mento nos contratos firmados com a Construmar (119,35%) e Macedo e Xavier (61,7%), o TCE verificou irregularidades como fracionamento de despesas; ausência de publicação dos editais dos procedimentos licitatórios em jornal de grande circulação, falta de designação de um representante da Administração Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução das obras.

CONDENADOS

Entre os condenados estão a ex-prefeita Bia Venâncio; os ex-secretários municipais de Orçamento e Gestão, Francisco Morevi Rosa Ribeiro e José Eduardo Castelo Branco de Oliveira e o ex-titular da pasta de Infraestrutura do município, Pedro Magalhães

de Sousa Filho.

A lista de réus inclui, ainda, o engenheiro civil e ex-chefe de obras saneamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Ronnie Santos Ribeiro; as construtoras Macedo Xavier Ltda. e Construmar Maranhense Ltda. e os empresários Arlindo de Moura Xavier (Macedo Xavier Ltda.) e José Umarly Torres Gomes (Construmar Maranhense Ltda.).

O pregoeiro e ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação do município Luis Carlos Teixeira Freitas foi acionado pelo MPMA, mas a Justiça não acolheu as acusações.

PENALIDADES

A ex-prefeita Bia Venâncio e o engenheiro civil e ex-chefe de obras saneamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Ronnie Santos Ribeiro, foram condenados ao ressarcimento do valor de R\$ 3.206.64,18 (valor dos contratos) e ao pagamento de multa de R\$ 801.665,54 (1/4 do valor dos contratos).

O restante dos sentenciados deve pagar multas sobre o valor dos contratos aos quais são diretamente ligados.

Todos os condenados, com exceção das empresas, tiveram direitos políticos suspensos. Também foram proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Painel proposto pelo vereador Ricardo Diniz vai debater violência contra a mulher

Em sessão realizada segunda-feira (11) na Câmara Municipal de São Luís, os vereadores aprovaram o Requerimento Nº 1203/17 de autoria do vereador Ricardo Diniz (PCdoB), que cria o Painel “Avanços e Desafios no Combate a Violência Contra as Mulheres no Maranhão”. O Painel será realizado no dia 8 de Março de 2018, às 10h, no plenário Simão Estácio da Silveira e será uma forma de promover no Dia Internacional da Mulher, um momento de debate e reflexão sobre os números crescentes de crimes cometidos contra as mulheres.

De acordo com o Requerimento, o objetivo é reunir parlamentares, representantes da segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário, entidades que acolhem vítimas da violência e a sociedade para discutir um melhor caminho para identificar e punir os agressores, além de despertar na sociedade a consciência da vigilância para denunciar os casos da agressão. “É de grande importância essa mobilização para se discutir a melhor forma de reduzir esses índices de violência contra a mulher no nosso estado, precisamos de mais ações efetivas para evitar novos casos e proteger as vítimas, é necessário levar aos deputados federais propostas para punir com mais rigor os autores de crimes contra as mulheres”, destacou Ricardo Diniz.

Importante parceria

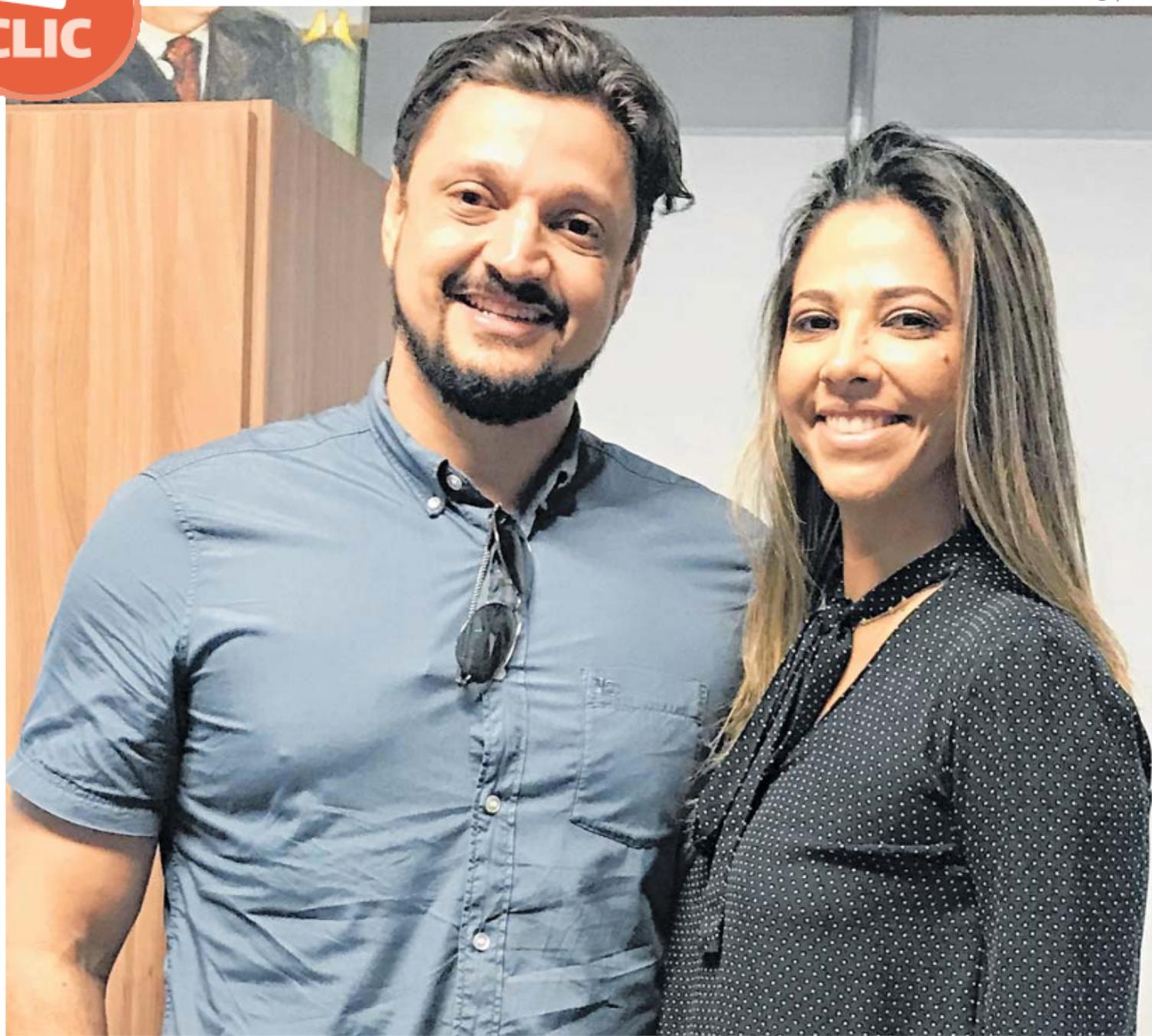
Os presidentes do Tribunal de Justiça e da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, desembargador Cleones Cunha e o prefeito Cleomar Tema, assinaram ontem um termo de compromisso para implantação do Programa de Atenção Integral para Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei do Maranhão (PAI-MA). Também participaram da cerimônia os desembargadores Froz Sobrinho e Anildes Cruz; além de representantes de outras instituições parceiras da ação. A Famem, como entidade representativa das cidades maranhenses, trabalhará em conjunto com o Poder Judiciário no sentido de divulgar as ações do programa perante a municipalidade.

LANÇAMENTO DE LIVRO JURÍDICO

Promete ser grande a concentração de nomes do Poder Judiciário Maranhense e do Direito em geral que a juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio vai reunir logo mais, na Associação dos Magistrados do Maranhão, por conta do lançamento do livro "Proteção do Terceiro de Boa-Fé nas Aquisições A Non Domino".

O conteúdo é fruto do trabalho de dissertação de Mestrado, que a titular da 2ª Vara Cível o município de São José de Ribamar concluiu recentemente em Lisboa, e traça um estudo comparado entre Brasil e Portugal. Publicado pela Editora Lumen Juris, com apoio do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral de Justiça e da Escola Superior de Magistratura - Esmam, o livro será lançado durante coquetel às 18:30h, no Auditório da AMMA, localizada na Av. Eduardo Magalhães, Calhau.

Divulgação

 CLIC

O EMPRESÁRIO Marcos Leandro Maciel ao lado de sua irmã, a juíza de Direito Ticiany Gedeon Maciel Palácio, que hoje autografa seu livro *Proteção do Terceiro de Boa-fé nas aquisições a Non Domino*, a partir das 19h, na Associação dos Magistrados. O livro é a sua aplaudida dissertação de mestrado feito na Universidade Autónoma de Lisboa, na qual ela pretende estabelecer uma comparação entre os sistemas registrais do Brasil e de Portugal, apontando suas similitudes e suas diferenças

ESTADO MAIOR

Novos nomes

Três novos desembargadores tomaram posse ontem no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Foram alçados à condição de magistrados de segundo grau os juízes Luiz Gonzaga Almeida Filho, José Jorge Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes dos Santos.

Com os novos membros, o Pleno do Tribunal de Justiça terá agora 30 desembargadores.

DEU ERRADO

Condenado foi registrar BO e acabou preso

Autor de crime de tentativa de homicídio, condenado pela Justiça, foi preso ao procurar a delegacia para registrar um boletim de ocorrência. Ele foi identificado como Márcio Alves de Souza Silva, de 30 anos, e era considerado foragido da Justiça.

Sua prisão ocorreu após o suspeito ir ao Plantão da Dele-

gacia Regional de Caxias para registrar um boletim de ocorrência, momento em que os agentes constataram que havia um mandado de prisão em aberto contra ele pelo crime de tentativa de homicídio qualificado, fato ocorrido no ano de 2005. O mandado foi expedido pela Comarca de Governador Eugênio Barros.

TJ-MA

Novos desembargadores são empossados

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, em sessão administrativa, ontem, Luiz Gonzaga Almeida Filho, José Jorge Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes dos Santos para os três

novos cargos de desembargador, elevando para 30 o número de membros da Corte. As três vagas foram criadas este ano, por meio da Lei Complementar nº 199/2017, publicada em

8 de novembro de 2017. Duas das três vagas foram preenchidas pelo critério de antiguidade; a outra, por merecimento.

Na mesma sessão, na Sala das Sessões Plenárias do TJMA,

os três novos desembargadores prestaram juramento e assinaram o termo de compromisso, posse e exercício no cargo, em ato presidido pelo desembargador Cleones Cunha.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Troca de informações entre Corregedoria e Detran

Hoje, às 11h, no Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), será apresentado à sociedade o sistema que vai gerenciar a troca de informações entre cartorários e Órgão de trânsito, para dar maior agilidade e segurança na comunicação de compra e venda de veículos. A medida foi autorizada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento nº 34/2017, assinado no último dia 9 de novembro pela desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral. O sistema foi desenvolvido por uma empresa contratada pelos Tabelionatos de Notas e Registro de Títulos e Documentos do Estado Maranhão, responsável por efetivar o serviço. O procedimento vai evitar processos judiciais de responsabilização civil decorrentes de multas e outros problemas oriundos de transações comerciais de compra e venda de veículos e a posterior necessidade de comunicação da venda nos postos do órgão de trânsito.

Detran-MA e CGJ agilizam comunicado de compra e venda de veículos

O Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) apresentam nesta quinta-feira (14), às 11 horas, na sede do Detran-MA, na Vila Palmeira, o sistema eletrônico que vai agilizar a comunicação de compra e venda de veículos, permitindo aos usuários acesso online aos serviços, de forma facultativa.

O convênio firmado pela diretora geral do Detran-MA, Larissa Abdalla, e a corregedora de Justiça, Anildes Cruz, foi celebrado em outubro na sede da Corregedoria. A medida foi autorizada pela CGJ-MA por meio do Provimento nº 34/2017, assinado no último dia 9 de novembro pela corregedora geral.

A parceria entre Detran-MA e CGJ-MA vai integrar cartórios e o sistema do Departamento. Entre os benefícios, o proprietário que optar pelo serviço ficará dispensado de encaminhar ao órgão de trânsito a cópia do comprovante de transferência de propriedade. No entanto, quem compra continua com a obrigação de registrar o veículo em seu nome no Detran-MA.

O procedimento vai evitar processos judiciais de responsabilização civil decorrentes de multas e outros problemas oriundos de transações comerciais de compra e venda de veículos e a posterior necessidade de comunicação da venda nos postos do órgão de trânsito.

TJ e FAMEM firmam parceria direcionada para pessoas com transtornos mentais e conflitos com a Lei

Os presidentes do Tribunal de Justiça e da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, desembargador Cleones Cunha e o prefeito Cleomar Tema, respectivamente, assinaram, nesta quarta-feira (13), termo de compromisso para implantação do Programa de Atenção Integral para Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei do Maranhão (PAI-MA).

Também participaram da cerimônia os desembargadores Froz Sobrinho e Anildes Cruz; além de representantes de outras instituições parceiras da ação.

A FAMEM, como entidade representativa das cidades maranhenses, trabalhará em conjunto com o Poder Judiciário no sentido de divulgar as ações do programa peran-

te a municipalidade.

O juiz Fernando Mendonça (2ª VEP), que já trabalha com a questão da saúde mental de pessoas em conflito com a lei há vários anos, explicou que a celebração do termo representa melhoria para a saúde e segurança pública do estado, pois vai garantir avaliações sociofamiliares e perícias psiquiátricas das pessoas com problemas de saúde mental em conflito com a lei, por equipes especializadas, inclusive desde as primeiras suspeitas.

"A partir de agora teremos redes de atenção à saúde, aumentando os conhecimentos e disseminando informações sobre esse importante tema", frisou.

Cleones Cunha também comentou a preocupação do Poder Judiciário em buscar

melhor assistência às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, inclusive como forma de respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana.

As ações são voltadas para a atenção das pessoas que possuem algum tipo de transtorno mental comprovado por perícia médica e que estão em conflito com a lei, através da conjugação de políticas públicas estaduais, em conformidade com a Lei Federal nº 10.216/2001 e demais instrumentos normativos relacionados.

De acordo com o termo, entre as obrigações do Poder Judiciário estão a promoção de ações que contribuam para a implementação e a consolidação das interfaces entre o sistema de justiça criminal e

a Rede de Atenção à Saúde (RAS) em âmbitos estadual, regionais (pelas comarcas e regiões de saúde) e municipais, por ações articuladas entre a UMF e as direções estadual e municipais do SUS.

Caberá ainda ao TJ, o acompanhamento e monitoramento da implementação do PAI-MA, por meio da UMF, em relação às responsabilidades dos órgãos da justiça criminal, bem como em relação ao cumprimento das metas pactuadas pelas direções estadual e municipais do SUS.

A UMF será responsável ainda por corrigir eventuais distorções administrativas relacionadas com o processamento e tramitação das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas.

Judiciário reconhece paternidade afetiva de enteado em Pedreiras

A juíza Larissa Tupinambá Castro, da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras, deferiu pedido de reconhecimento de paternidade afetiva e reconheceu o vínculo entre um pai e uma criança que assumiu como filho quando tinha apenas um ano e onze meses de idade.

No pedido, o requerente alegou ter construído

uma união estável por 14 anos – transformada em casamento civil há dois –, com a mãe, e adotado como se fosse seu filho a criança, que foi abandonada pelo pai biológico ao saber da gravidez.

No decorrer do processo, o menino manifestou estar de acordo em ser tido como filho do padrasto,

a quem já chama de pai, dizendo não conhecer nem saber do paradeiro do seu pai biológico. Na sentença, a juíza considerou que a paternidade não deriva somente do vínculo de consanguinidade, mas, sobretudo, do laço de afetividade, desde que haja o consenso entre as partes.

Eliziane destaca na Câmara o encerramento da Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas

A deputada federal Eliziane Gama (PPS) destacou no plenário da Câmara dos Deputados os resultados da Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas que foi realizada pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas em 76 municípios maranhenses. “Esta iniciativa reuniu várias órgãos e instituições importantes que se uniram para realizar um forte trabalho de prevenção às drogas e efetivar a política sobre drogas no Maranhão. O saldo é extremamente positivo”, avalia Eliziane Gama. A parlamentar parabenizou as instituições que integram o comitê estadual que é composto pelo Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e Câmara dos Deputados, com apoio do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Famem (Federação dos Municípios do Estado do Maranhão). Nesta terça-feira, 12, foi realizado o encerramento da campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas” que alcançou 76 municípios, destes 51 já têm leis promulgadas e 12 com legislação tramitando, além de mais de 300 Conselhos Escolares instalados e funcionando. Na solenidade estiveram presentes representantes do comitê da campanha, membros e servidores do Ministério Público, do Judiciário, alunos e professores de escolas da rede pública que aderiram à campanha.

Abraço do Dia

O nosso abraço desta quinta-feira vai para o desembargador Marcelo Carvalho, que tomará posse como o novo corregedor-geral da Justiça. A solenidade acontece amanhã, 15, na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Pç. Pedro II, s/nº), às 10h.

TJMA empossa os novos dirigentes do Poder Judiciário amanhã

Nesta sexta-feira, 15, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) empossa os novos dirigentes do Poder Judiciário, eleitos para o biênio 2018-2019: o novo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho; o presidente eleito, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; e o vice-presidente escolhido pela Corte, desembargador Lourival de Jesus Serejo. A solenidade acontece na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Pç. Pedro II, s/nº), às 10h. O desembargador Marcelo Carvalho Silva ocupará o cargo exercido atualmente pela desembargadora Anildes Bernardes Chaves Cruz, cuja gestão foi direcionada ao aprimoramento da Justiça de 1º Grau e redução do índice de congestionamento processual nas unidades judiciais, com

destaque para a regulamentação da audiência de custódia; reformulação da comissão sentenciante; criação da Medida Protetiva de Urgência Eletrônica (MPUE) – que agilizou o trâmite das medidas de urgência em favor de mulheres vítimas de violência; implantação da 1ª Secretaria Judicial Digital do Maranhão (SEJUD), entre outras ações.

GESTÃO

Na sessão Plenária do último dia 6, o corregedor-geral eleito submeteu aos membros da Corte os nomes dos juízes indicados para auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), onde atuarão na área jurídico-administrativa, com competências para auxiliar o corregedor em visitas técnicas, correições e inspeções; elaborar

propostas, sugestões e projetos que visem dinamizar, aprimorar o trabalho e aumentar a produtividade da Justiça de 1º Grau, entre outras atribuições. Os novos juízes auxiliares da Corregedoria serão Raimundo Moraes Bogéa (9ª Vara Cível), Gladiston Luis Nascimento Cutrim (auxiliar da Capital), Jaqueline Reis Caracas (2ª Vara de Paço do Lumiar), Maria Francisca Galberto de Galiza (4ª Vara de Família) e Kariny Reis Bogéa Santos (3ª Vara de Santa Inês) – esta, para atuar na Coordenadoria do Planejamento Estratégico. Os juízes Marcelo Silva Moreira (Bacabal) e Marcelo Amado Libério (Juizado Especial de São José de Ribamar) serão os novos diretor-geral da CGJ-MA e Coordenador dos Juizados Especiais, respectivamente.

Sistema vai aperfeiçoar procedimento de compra e venda de veículos

O Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA) apresentam, nesta quinta-feira (14), às 11h, na sede do Detran-MA, na Vila Palmeira, o sistema eletrônico que vai agilizar a comunicação de compra e venda de veículos, permitindo aos usuários, acesso online aos serviços, de forma facultativa. A medida foi autorizada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do Provimento nº 34/2017, assinado 9 de novembro pela desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral. O procedimento vai evitar processos judiciais de responsabilização civil decorrentes de multas e outros problemas oriundos de transações comerciais de compra e venda de veículos e a posterior necessidade de comunicação da venda nos postos do órgão de trânsito.

CRV

O interessado poderá efetuar a comunicação de venda do veículo na própria serventia extrajudicial em que foi realizado o reconhecimento da firma do Certificado de Registro de Veículos (CRV), desde que o cartório disponibilize esse serviço. O Detran deverá disponibilizar em seu endereço eletrônico na internet a impressão do boleto de pagamento da taxa referente à “comunicação de venda de veículo”, que deverá ser paga pelo novo proprietário do veículo.

Acordo amplia atenção a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei

Termo de compromisso celebrado nesta quarta-feira (13) entre o Tribunal de Justiça (TJMA), o Governo do Estado e outras instituições ligadas às questões penitenciárias viabilizará a implantação do Programa de Atenção Integral para Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei no Maranhão (PAI-MA). O documento foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha; o coordenador geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho; a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, além de representantes dos demais órgãos envolvidos na execução do programa.

O juiz Fernando Mendonça (2ª VEP), que já trabalha com a questão da saúde mental de pessoas em conflito com a lei há vários anos, explicou que a celebração do Termo representa melhoria para a saúde e segurança públicas do estado, pois vai garantir avaliações sócio familiares e perícias psiquiátricas das pessoas com problemas de saúde mental em conflito com a lei, por equipes especializadas, inclusive desde as primeiras suspeitas.

O desembargador Cleones Cunha também comentou a preocupação do Poder Judiciário em buscar melhor assistência às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, inclusive como forma de respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Informe JP

'Fantasmas' que trabalham

Uma decisão da 1ª Vara Criminal da Justiça do Maranhão tornou ainda mais frágil a tese de que há uma lista de médicos 'fantasmas' na rede estadual de Saúde do Maranhão.

A mesma juíza federal Paula Souza Moraes, que autorizou a Operação Pegadores, da PF, reconheceu que os médicos acusados de serem 'fantasmas' têm direito a receber os respectivos salários.

Médicos do ISMC

Os profissionais que corriam o risco de não receber os salários prestam serviço diretamente ao Instituto de Serviços Médicos e Consultoria Ltda (ISMС), que foi

contratado por meio de licitação pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh), um órgão do governo do Estado. Os médicos trabalham nos hospitais gerais de Morros, Peritoró e Alto Alegre.

'Fazem jus'

A juíza Paula Moraes decidiu que, a despeito das investigações, não é possível "ignorar a existência dos serviços efetivamente prestados por profissionais da saúde que fazem jus à remuneração correspondente".

Ela determinou à Emserh sobre "alternativas administrativas que possibilitem o pagamento do efetivo serviço médico prestado por meio do ISMC". (COM BLOG DO JOHN CUTRIM)

Representação disciplinar

Na representação disciplinar encaminhada à Corregedoria da Polícia Federal, contra o delegado federal Wedson Cajé Lopes, coordenador da Operação Pegadores, o governo do Estado, por meio da PGE, foi na veia: Faltou sobriedade e equilíbrio ao policial, que preferiu usar e abusar de declarações "sensacionalistas" e "frases de efeito", em detrimento da simples revelação dos fatos apurados.

Matérias jocosas

Ainda segundo a PGE, as manifestações públicas do delegado Cajé Lopes sobre a "Pegadores" – que depois revelaram-se não condizentes com a verdade – "deram origem a toda sorte de matérias sensacionalistas e jocosas".